



SIMULADO FINAL

TCE SC

Ciências Contábeis
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Final TCE SC – Ciências Contábeis – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE SC;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Ciências-Contábeis-26-02-22>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE

PORTUGUÊS**Adriana Figueiredo e Patrícia Manzato**

O consumidor além do valor de uso, de forma inconsciente, também consome o valor de imagem. A mídia ao alçar um indivíduo ao status de ídolo, no fundo está criando o valor de imagem. O marketing faz a incorporação (transmissão) desse valor à imagem do produto.

No Brasil mais recente, podemos citar um exemplo. A Copa Mundial de Futebol de 2014 apresentava-se como fonte inesgotável (matéria bruta) de valor de imagem. Mas o desastre com a Alemanha depreciou tal fonte. A mídia foi buscar suas fontes em outro lugar: no surf, onde o Brasil havia consagrado campeão mundial. Hoje, muitos comerciais recorrem ao mais novo campeão brasileiro “das águas”.

Mas ainda reside um silêncio, um vazio ante o processo de identificação na sociedade de consumo. Nesse entender, Paul Ricoeur em o “Percurso do reconhecimento” pode nos auxiliar. Ricoeur não tem como objetivo a teorização dessa forma de identificação (de consumidor), mas suas reflexões nos propiciam um amplo aprofundamento do tema.

Quando Bauman afirma que o indivíduo, na caracterização de consumidor, é um sujeito “mimado”, temos neste termo um bom início de pensamento. O marketing realiza uma forma de nomeação. Observa-se a análise de Ricoeur ante a nomeação no projeto parental (a família): desde criança somos nomeados pelo projeto parental. Como afirma Ricoeur, o “projeto parental do qual provim (...) transformou a estática do quadro genealógico em uma dinâmica instituidora que se inscreve na palavra ‘transmissão’” (RICOEUR, 2006, p. 207). Ao utilizarmos essa lógica para a sociedade de consumo, temos o seguinte resultado: pode-se afirmar que é um fato social e histórico que na era moderna forma uma esfera pública burguesa (Cf. HABERMAS, 1984).

Tal argumentação de Habermas nos leva a pensar que os meios de comunicação de massa apresentam a abertura para uma nova riqueza de informação. Mesmo assim, Thompson assente que hoje “a ideia original da esfera pública não pode ser, simplesmente, reativada em bases novas”. Mais do que a ingerência das relações mercadológicas na esfera

pública, efetivou-se a formação da sociedade de consumo. A ausência de limites fixos entre a esfera privada e o espaço público prova a ingerência da sociedade de consumo na lógica social da primeira.

Dagmar Manieri. *O indivíduo na condição pós-moderna: a perspectiva crítica de Zygmunt Bauman* (Disponível em <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/6087>>)

No que concerne aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Infere-se do texto que o pensamento de Bauman sobre o “consumidor” converge para o entendimento de Ricoeur.
02. O terceiro período do primeiro parágrafo apresenta um argumento a favor da afirmação de que o consumidor consome tanto valor de uso quanto de imagem.
03. Seriam mantidos os sentidos e a correção do texto, caso o último período do terceiro parágrafo fosse assim reescrito: Mesmo que Ricoeur não tenha o objetivo de teorizar essa forma de identificação (de consumidor), suas reflexões fornecem amplo aprofundamento sobre o tema.
04. A preposição “ante” em “Observa-se a análise de Ricoeur ante a nomeação no projeto parental...” (4º parágrafo) expressa uma ideia de conformidade.
05. A substituição do ponto por dois pontos logo após “podemos citar um exemplo.” (2º parágrafo) manteria a correção gramatical.

06. A oração “que na era moderna forma uma esfera pública burguesa” (4º parágrafo) exerce função de predicativo do sujeito de “um fato social e histórico”.

07. A identificação da lógica mercadológica na sociedade moderna constitui a ideia central do texto, que é predominantemente argumentativo.

08. No segundo parágrafo, o pronome relativo “onde”, em “onde o Brasil havia consagrado campeão mundial”, retoma o termo “surf” e poderia ser corretamente substituído por “no qual”.

09. A utilização da primeira pessoa do plural ao longo do texto denota uma maior proximidade do autor com o leitor.

10. Seriam mantidos os sentidos e a correção do texto, caso os dois últimos períodos do primeiro parágrafo fossem assim reescritos: No fundo, a mídia, ao elevar alguém ao status de ídolo, cria o valor de imagem, o qual é incorporado à imagem do produto (transmissão) pelo marketing.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL, COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCO E GOVERNANÇA

Guilherme Sant’Anna

Acerca das técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir:

11. A Análise de Contas Contábeis é técnica ou procedimento de obtenção de evidência de auditoria que consiste no cotejo de informações, dados ou registros obtidos em diferentes fontes, que devam guardar correspondência entre si.

Com base nos conceitos de auditoria de conformidade, operacional e financeira, previstos nas ISSAIs, julgue os itens a seguir:

12. O principal objetivo da auditoria de regularidade é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz. Ela também contribui para a *accountability* e transparência.

Julgue os itens a seguir a respeito das Evidências e das Caracterizações de achados de auditoria.

13. A evidência de auditoria decorre da comparação da situação encontrada com o critério e deve ser devidamente comprovado por achados.

14. Improriedades são falhas de natureza formal de que não resulte dano ao erário.

Julgue os itens subsequentes:

15. Durante a execução dos trabalhos de auditoria, a equipe encarregada deve aplicar os procedimentos previstos na matriz de planejamento em busca de achados.

16. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para acompanhar e verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Em relação à Governança e à Compliance no Setor Público e , julgue os itens a seguir:

17. As instâncias externas de governança são responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.

18. Políticas de Compliance no âmbito da Administração Pública visam prevenir e combater práticas ilícitas perpetradas contra a administração pública, fomentando a emergência de um ambiente em que a reputação de uma organização tenha valor econômico e no qual propina, suborno e congêneres constituam infrações previstas em lei, sujeitas à punição.

CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

Julgue os itens subsequentes sobre o controle externo da administração pública, considerando os entendimentos do STF sobre a matéria.

19. As decisões do TCE-SC sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e *erga omnes*, no âmbito de toda a administração pública estadual ou no âmbito no município ao qual se referem, por se tratar de processo de natureza objetiva.

20. O TCE-SC somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

21. Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.

22. A apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores.

23. O município prejudicado é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.

Julgue os itens a seguir acerca da Lei Orgânica do TCE-SC.

24. O termo de ajustamento de gestão poderá ser adotado quando esteja previamente configurado desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos, hipótese em que a aplicação penalidades ou sanções, relativas às irregularidades abrangidas pelo termo, ficará suspensa, conforme os prazos e condições nele previstos.

25. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor do ressarcimento, o Tribunal, em decisão terminativa, poderá determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para lhe ser dada quitação.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Fabiano Pereira**

Doquinha, importante empresário do setor hoteleiro, após estudo realizado por sua companhia Siete, decidiu construir um hotel no Município de Fabianolândia, no qual possuía grande movimentação de pessoas por ser destino de muitos turistas. A empresa, então, solicitou licença no setor municipal responsável, com a apresentação do respectivo projeto arquitetônico, levando algum tempo para que o pedido fosse apreciado. Indignado com o atraso em obter a licença, Doquinha ordena que se inicie a construção. Com o prédio já construído e, oportunamente, com os serviços hoteleiros iniciados, a licença para construção é negada. Diante desse cenário, Coxinha, agente de fiscalização do Município de Fabianolândia, vai até o local para tentar constranger Doquinha a lhe efetuar um pagamento de R\$ 50.000,00, com a promessa de evitar que o prédio fosse demolido. Temendo que seus investimentos fossem em vão, Doquinha realiza o pagamento. Diante dessa irregularidade, tempestivamente, a Procuradoria da Prefeitura do Município ingressou com uma ação judicial no juízo competente, requerendo a demolição da construção irregular.

Com base na situação narrada, julgue os itens 26, 27 e 28.

26. Coxinha praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, para o qual uma das sanções será de suspensão dos direitos políticos até catorze anos.

27. Caso a empresa Siete alegue nos autos do processo que a demolição deveria ocorrer sem o ajuizamento de ação judicial, a autoridade judiciária deverá acatar o pedido, pois, em razão do atributo da autoexecutoriedade, a Administração Pública não pode sobrecarregar o Poder Judiciário com pedidos que dependem apenas da sua própria execução.

28. À luz da Lei 6.745/85, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos de SC, a

pena a ser aplicada a Coxinha será a de demissão, sem prejuízo da ação penal cabível.

A respeito da Organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

29. O termo de colaboração é o instituto adequado para qualificar uma pessoa jurídica de direito privado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**Nelma Fontana**

Sobre o direito de reunião, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise o item abaixo.

30. O exercício do direito de reunião não está condicionado a qualquer autorização do Poder Público e não depende de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, obedecidas as exigências constitucionais.

Acerca da extradição, conforme disposto na Constituição Federal, julgue os próximos itens.

31. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.

32. A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.

Acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, analise o próximo item.

33. As comissões parlamentares de inquérito (CPI), em âmbito municipal, não possuem poderes próprios para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados.

DIREITO FINANCEIRO E NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Vinicius Nascimento

34. No Brasil, o princípio do equilíbrio orçamentário deve ser respeitado em dois aspectos: formal e material. A inobservância desses aspectos pode gerar responsabilidade do gestor, inclusive crime de responsabilidade.
35. Caso ocorra a cessão de crédito de precatório preferencial de natureza alimentícia para outra pessoa, o precatório perderá sua natureza alimentar em decorrência da natureza subjetiva do credor.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

À luz da Lei 12.846/2013, julgue o item a seguir.

36. Prescrevem em 3 (três) anos as infrações previstas nessa lei, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

À luz da Resolução nº TC-0087/2013 (Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina), julgue o item a seguir.

37. É dever fundamental do servidor comunicar, imediatamente, a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

CONHECIMENTOS SOBRE SANTA CATARINA

Sérgio Henrique

38. Ainda que represente pouco mais de 1% do território brasileiro, Santa Catarina apresenta uma geografia rica e diversificada. Seu relevo, clima, vegetação e hidrografia tornam o Estado singular. Possui posição estratégica para a navegação e com litoral rico em recursos e com importantes portos.
39. Santa Catarina apresentou um resultado positivo em seu desempenho econômico em 2021 nos três setores da economia, em todos cresceu mais que a média nacional, e a indústria cresceu mais de 4% em relação ao patamar anterior à pandemia em janeiro de 2020.
40. Somos estimados 7,338 milhões de habitantes que estão dispersos em uma área de 95,7 mil km². Nossa força de trabalho, no terceiro trimestre de 2021, está estimada em 3,924 milhões de pessoas sendo que 94,7% delas estavam ocupadas. Os três municípios com maiores PIBs São Joinville, Itajaí e Florianópolis, também os municípios com a maior renda per capita.

CONTABILIDADE GERAL**Marcondes Fortaleza**

Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue o item seguinte.

41. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas não devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no que diz respeito às características qualitativas de informações financeiras úteis, julgue a assertiva seguinte.

42. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, a um acordo completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

43. Situação hipotética: A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. **Assertiva:** Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de R\$ 930,00.

44. Situação hipotética: A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao

valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00.

Assertiva: O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi R\$ 3.000,00.

45. Os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

46. A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

47. De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

A respeito do que dispõe o CPC 18 (R2), que trata de Investimentos em Coligadas e em Controladas, analise a assertiva a seguir.

48. Tanto a mais-valia de ativos líquidos quanto o ágio por rentabilidade futura integram o saldo contábil do investimento desde o seu reconhecimento inicial.

49. Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu custo histórico e estarão sujeitos à análise anual quanto à sua recuperabilidade.

50. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

51. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

52. **Situação Hipotética:** Em 26/7/2020 uma empresa realizou uma venda a prazo, para um cliente no exterior, no valor total de US\$ 100.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 26/7/2020 era R\$ 5,20/US\$, em 31/7/2020 era R\$ 5,25/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de julho de 2020 foi R\$ 5,10/US\$. **Assertiva:** a empresa reconheceu no resultado do mês de julho de 2020 Receita de vendas de R\$ 520.000,00 e variação cambial passiva de R\$ 5.000,00.

53. Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de política contábil.

54. **Situação Hipotética:** Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Assertiva: A despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi R\$ 385.000,00.

55. **Situação Hipotética:** Em um trabalho de asseguarção realizado na Cia. A, o auditor Constatou a existência física de um ativo imobilizado, adquirido pela entidade em julho de 2014 por R\$ 49.000,00 e imediatamente colocado em operação. A sua vida útil tinha sido estimada em 15 anos, e seu valor residual, em R\$ 1.000,00. Em 31.12.2018, o departamento contábil da companhia, seguindo a legislação pertinente, registrou uma perda desse ativo em função do teste de recuperabilidade respectivo, no valor de R\$ 2.000,00. Tendo feito os cálculos necessários, o auditor concluiu pela exatidão do teste realizado pela entidade.

Assertiva: O valor recuperável desse ativo, em 31.12.2018, correspondeu, em R\$, a 32.600,00.

- 56.** Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- 57.** A análise horizontal ou análise por índices, por meio da qual se evidencia a variação dos itens das demonstrações contábeis ao longo de um determinado período que tenha apresentado valores homogêneos, tem como principal objetivo identificar a relevância de cada conta em relação a um todo, seja ela de aplicação, seja de recurso.
- 58.** Liquidez corrente igual a 0,9 e liquidez geral igual a 1,1 revelam uma situação em que a maior capacidade de pagamento de dívidas encontra-se na relação favorável entre os recebíveis e os exigíveis de longo prazo, na data da apuração dos indicadores.
- 59.** O fato de o indicador grau de imobilização dos recursos não correntes ser superior a 1 demonstra que há desequilíbrio financeiro na empresa, com indícios de que o passivo circulante esteja financiando parte dos investimentos permanentes.
- 60.** Se, em determinado período, uma empresa apresentar rentabilidade de vendas igual a 2,5% e giro do patrimônio líquido igual a quatro vezes, o retorno sobre o patrimônio líquido será inferior a 10%.
- 61.** A margem líquida é um indicador que revela o quanto a entidade ganhou, em termos de lucro líquido, em cada unidade monetária de venda realizada.
- 62.** O pagamento dos dias parados com a mão de obra da fábrica num período de greve é uma perda improdutiva e, por isso, não comporá o custo do estoque.
- 63.** A depreciação de um equipamento fabril utilizado na fabricação de 3 produtos diferentes, se calculada pelo método da soma dos dígitos em forma decrescente, representará um custo indireto e variável.
- 64.** A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.
- Custos variáveis totais
- Materiais diretos: R\$ 144.000
 - Mão de obra direta: R\$ 84.000
 - Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
 - Custos fixos totais: R\$ 144.000
- Despesas de venda e despesas administrativas totais
- Variáveis: R\$ 60.000
 - Fixas: R\$ 108.000
- Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.
- O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de R\$ 28.800,00.

65. A indústria MAVIFOR fabrica três produtos (X, Y e Z), utilizando equivalentes de produção em seu sistema de produção contínua. Os seus custos de matéria-prima são 100% alocados no início do processo e os custos de transformação são alocados proporcionalmente às unidades equivalentes de produção. Em dado mês, foi iniciada e concluída a produção de 50 unidades do produto X e de 100 unidades do produto Z. O produto Y ficou 60% concluído ao final do processamento de suas 150 unidades. Nessa situação hipotética, considerando-se que o total de custos de conversão aplicados à produção do período tenha sido de R\$ 67.500 e que o custo unitário de matéria-prima do produto Y tenha sido de R\$ 40, o custo da produção equivalente total do produto Y será superior a R\$ 30.000,00.

66. São apresentadas a seguir informações referentes aos saldos de contas do mês de janeiro de 2022 da fábrica MAVIFOR que adota o custeio por absorção:

	R\$
• Matéria-prima consumida:	3.600
• Estoque de produtos acabados em 31/1/22:	600
• Estoque de produtos em elaboração em 31/1/22:	600
• Gastos gerais de fabricação:	1.000
• Estoque de produtos acabados em 1º/1/22:	1.400
• Salário dos empregados da fábrica:	1.400
• Estoque de produtos em elaboração em 1º/1/22:	1.500

O custo do produto vendido é de R\$ 7.700,00

67. Quanto maior é a complexidade dos processos de fabricação de determinado produto, menor será a distorção causada na apuração do seu custo de produção quando não se usa o ABC.

68. Caso o custo real seja superior ao custo padrão, a diferença aí ocorrida será considerada desfavorável, uma vez que o custo efetivo foi menor que o estabelecido como meta para a empresa.

69. Considere que a Cia MAVIFOR fabricou, no exercício, 300 unidades, das quais vendeu, nesse mesmo período, 25 unidades, ao preço unitário R\$ 30. Considere também que:

Custos e despesas operacionais	R\$
Matéria-prima e outros materiais diretos	2.000
Mão de obra direta	2.200
Custos indiretos variáveis	600
Custos indiretos fixos	1.200
Despesas fixas de vendas	500
Despesas variáveis de vendas, por unidade	2

A margem de contribuição total das unidades vendidas é de R\$ 7.050.

70. A empresa MAVIFOR produz e vende um único produto. No mês de outubro, a MAVIFOR produziu e vendeu 100 unidades, tendo incorrido em custos e despesas totais no valor de R\$ 950,00. O preço unitário líquido de venda foi R\$ 10,00 e a margem de contribuição unitária correspondia a 20% deste valor. O Ponto de Equilíbrio Contábil do mês de outubro, em quantidade, foi de 75 unidades.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

71. Considerando o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) às disposições das normas internacionais de contabilidade, *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS), as entidades do setor público dentro do campo de aplicação obrigatório das normas devem observar as disposições previstas nas IPSAS.

Acerca das disposições presentes na NBC TSP - Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir:

72. Uma característica qualitativa da informação contábil pode ser sacrificada até certo ponto para reduzir o custo da produção da informação contábil.

73. O potencial de serviços atrelado a um ativo possibilita a entidade alcançar os seus objetivos sem, necessariamente, gerar entrada líquida de caixa.

74. A ausência de prazos de extinção impede que a obrigação origine um passivo.

No que se refere à relação entre passivo exigível e as etapas da execução orçamentária, julgue as assertivas a seguir:

75. O registro da obrigação patrimonial independe da execução orçamentária.

76. A etapa entre o empenho e a liquidação chamada "em liquidação" evidencia a ocorrência do fato gerador da variação patrimonial diminutiva (VPD), com o surgimento de um passivo exigível, e a não ocorrência da liquidação da despesa orçamentária.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), julgue as assertivas a seguir:

77. O patrimônio, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos das entidades do setor público que provocam efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade.

78. Valor líquido contábil é a quantia que a entidade do setor público espera obter com a alienação ou a utilização de itens de inventário quando deduzidos os gastos estimados para seu acabamento, alienação ou utilização

79. O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Descontos financeiros, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição

No que se refere ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), julgue as assertivas a seguir:

80. Os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos 7 níveis. Eventuais níveis não detalhados deverão ser codificados com o dígito 0 (zero).

81. A primeira fase da receita orçamentária é a previsão. Para realizar esse lançamento, é utilizada uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 6 a crédito. Quando a receita for realizada, no momento da sua arrecadação, o débito e o crédito envolverão duas contas da classe 6 para registrar o lançamento contábil.

82. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações relacionadas a determinado ativo imobilizado ao final do exercício social de 20X1 (31.12.20X1):

- Valor Líquido de Venda R\$ 800.000,00
- Valor em Uso R\$ 700.000,00
- Valor contábil bruto R\$ 1.800.000,00
- Depreciação acumulada R\$ 400.000,00
- Perda estimada em valor não recuperável R\$ 100.000,00

Com base nas informações acima descritas e nas disposições presentes nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público pode-se afirmar corretamente que a entidade deverá computar uma perda para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 500.000,00.

Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), julgue as assertivas a seguir:

83. As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos anualmente, inclusive informação comparativa.

84. No quadro principal do balanço orçamentário as receitas e despesas serão apresentadas conforme a classificação funcional.

85. Para fins de consolidação e consistência das informações, as entidades do setor público deverão adotar como forma de apresentação de ativos e passivos a segregação em ativos circulantes e não circulantes e passivos circulantes e não circulantes, sendo a apresentação baseada na liquidez utilizada de forma subsidiária.

LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

Antônio Daud

Em relação às disposições da Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

86. Suponha que, em decorrência de fortes chuvas, o município de Petrópolis/RJ tenha decretado estado de calamidade pública. Neste caso, será dispensável a licitação para contratação de serviços e obras para atender à situação de calamidade pública, desde que tais serviços e obras possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, contados da data da ocorrência da calamidade.

87. A contratação de objetos por meio de credenciamento é situação capaz de justificar a inexistência de licitação.

88. O prazo de vigência de uma ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, embora o contrato decorrente da ata possa ter vigência distinta.

89. Leilão representa a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.

90. Uma agência executiva pode contratar diretamente serviços de manutenção de veículos automotores que sejam inferiores a R\$ 200 mil, desde que o somatório da despesa realizada pela unidade gestora, com objetos de mesma natureza, não ultrapasse tal valor no exercício financeiro.

91. Segundo a nova lei de licitações, é dispensável a licitação para a construção de estabelecimentos penais, quando presente grave crise de segurança pública.

92. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate será possível a adoção de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

93. O impedimento para participar de licitações ou de ser contratado pela Administração Pública vigora pelo prazo máximo de 2 anos.

94. A multa contratual poderá ser aplicada se o contratado praticar qualquer das infrações administrativas previstas em lei e não poderá ser inferior a 0,5% e nem superior a 30% do valor do contrato.

95. Nas contratações regidas pela Lei 14.133/2021, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis.

96. A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha a unidade de controle interno do próprio órgão contratante.

Considerando o disposto no Decreto federal 7.892/2013, julgue os itens a seguir.

97. **Situação hipotética:** Determinado órgão público promoveu licitação destinada à formação de registro de preços para futura aquisição de 1.000 computadores. **Assertiva:** Caso se permitam adesões ao registro de preços por parte de órgãos não participantes, o limite global para as adesões será de no máximo 2.000 equipamentos, como regra.

98. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, tampouco assegura preferência ao fornecedor registrado.

No que se refere à prestação indireta de serviços públicos e ao regramento contido na Lei 8.987/1995, julgue os itens que se seguem.

99. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

100. Havendo autorização do poder público para participação de consórcios em concorrência destinada à delegação de serviço público mediante concessão, deverá ser exigida a indicação da empresa líder do consórcio, a qual será responsável perante o poder concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-SC-Ciências-Contábeis-26-02-22>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>